

Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL MG

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA

Danielle Cássia Pereira

**Atuação do Estado em crises econômicas: o caso da Grande  
Depressão e o New Deal**

Varginha – MG

2021

Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL MG

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA

Danielle Cássia Pereira

**Atuação do Estado em crises econômicas: o caso da Grande  
Depressão e o New Deal**

Trabalho de conclusão de Piepex apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia.

Orientador: Thiago Fontelas Rosado Gambi

Varginha – MG

2021

Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL MG

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA

Danielle Cássia Pereira

**Atuação do Estado em crises econômicas: o caso da Grande  
Depressão e o New Deal**

A banca examinadora abaixo-assinada aprova o Trabalho de conclusão do PIEPEX apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Batista Pereira

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Patrick Fontaine Reis de Araújo

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

## Sumário

1. Introdução.....	6
2. O período da Grande Depressão dos Estados Unidos: suas principais características.....	7
2.1 Leituras intervencionistas.....	10
3. New Deal.....	11
4. Conclusão.....	13
5. Referências bibliográficas.....	15

**Resumo:** Este trabalho busca refletir sobre a resposta de governos em tempos de crise econômica para auxiliar os mais afetados por ela. O estudo realizado consistiu, basicamente, em uma revisão bibliográfica sobre o caso da Grande Depressão da década de 1930 nos Estados Unidos. Destacamos a intervenção do Estado na economia, por meio do New Deal, e quais foram os seus resultados. Analisamos ainda as posições favoráveis e contrárias a essa política

Palavras-chave: crise, intervencionismo, Grande Depressão, New Deal.

**Abstract:** This aim of this study is to think about governments' actions in times of economic crisis, in order to help the people most affected by that. It is presented a bibliographic review of the case of the Great Depression in the United States in the 30's. We will observe the State's intervention and policies as a result of the so called New Deal.

Keywords: crisis, interventionism, Great Depression, New Deal.

## 1. Introdução

As crises econômicas costumam causar transtornos e retrocessos à sociedade e são recorrentes ao longo da história. Esses contextos são dramáticos socialmente, porque as pessoas se veem sem emprego e desamparadas, sem perspectiva de ascensão social e futuro. Desempregadas, dificilmente conseguem reverter a situação, pois sem renda e endividadas, não conseguem satisfazer suas necessidades mais básicas. Em momentos como esse, ações emergenciais precisam ser tomadas pelo governo para que os problemas causados sejam minimizados ou até mesmo resolvidos, pois eles são uma ameaça à sobrevivência dos indivíduos e à própria coesão social.

Por essa razão, governos costumam adotar medidas de resposta às crises econômicas. A motivação para a realização deste trabalho é a atual conjuntura de crise econômica provocada, entre outros fatores, pela pandemia do Corona vírus, a qual exigiu ações do governo brasileiro para auxiliar as pessoas que foram afetadas por ela.

Esse acontecimento chamou a atenção para a questão da atuação de governos para auxiliar as pessoas em crises econômicas anteriores. Essa é a principal justificativa para a escolha do objeto de estudo deste trabalho: a resposta do governo dos EUA à Grande Depressão da década de 1930. Essa foi uma das crises econômicas mais profundas da história do capitalismo e o governo dos EUA, dentre outros casos, formulou um plano de emergência, o New Deal, a fim de recuperar a economia e auxiliar as pessoas assoladas pelo desemprego.

O objetivo geral deste trabalho é, portanto, compreender como o governo dos EUA atuou na crise por meio do New Deal. Pretende-se, de forma específica, apresentar a Grande Depressão e algumas interpretações sobre ela e, em seguida, abordar a política de recuperação implementada à época.

O estudo acerca dessa temática é relevante, pois revela uma experiência histórica anterior de intervenção estatal por meio de políticas públicas de auxílio em tempos de crise econômica. Com isso, abre-se a possibilidade de reflexão sobre possibilidades de atuação do Estado momentos em situações econômicas adversas.

A metodologia utilizada para a elaboração do presente trabalho foi a pesquisa bibliográfica de obras que trataram da Grande Depressão e do New Deal.

Para verificar como foi a resposta do governo dos EUA diante do transtorno causado pela Grande Depressão, visando pensar em formas de intervenção do Estado em crise econômica, a estrutura deste trabalho consiste em duas partes, além da introdução e conclusão. A primeira seção trata da Grande Depressão e a segunda aborda o New Deal.

## **2. Uma breve caracterização do período da Grande Depressão nos Estados Unidos**

A Grande Depressão foi o período que representou um momento de tensão econômica, iniciado a partir da década de 1930, tendo fim apenas após a Segunda Guerra Mundial. Trata-se da pior recessão econômica registrada no século XX (ARTHMAR, 2012).

Para entendermos melhor o contexto histórico, voltaremos um pouco ao final da Primeira Guerra Mundial, quando os países europeus se encontravam devastados pelo conflito e a economia mundial abalada com a diminuição do consumo que enfraquecia a economia da época. Nos anos seguintes do pós-guerra, ao contrário, os Estados Unidos lucraram com a exportação de alimentos e produtos industrializados para o resto do mundo (SENN, 2010).

Segundo Hobsbawm (1995), na década de 1920, os EUA possuíam uma economia em pleno vapor diferente dos países da Europa Ocidental, com uma taxa de desemprego média de 4%. É ilustrativa do bom desempenho da economia norte-americana a comparação com a Alemanha, onde a taxa média de desemprego no mesmo período oscilava entre 10% e 12%.

Porém, o período de crescimento econômico dos EUA encontrou um limite com a quebra da bolsa de Nova York no fim de 1929, provocando a queda dos indicadores de atividade econômica do país e aumento do desemprego. Entre 1929 e 1931, a produção americana caiu aproximadamente um terço. Os preços caíram e houve uma crise na produção básica de alimentos e matéria-prima. Essa queda

refletiu no mundo todo, pois países que aumentaram sua produção para exportá-la aos EUA viram-se, de repente, sem demanda para seus produtos. Um exemplo foi o Brasil, onde, segundo Hobsbawm (1995), os cafeicultores queimaram café ao invés de carvão nas locomotivas, em uma tentativa de conter a queda do preço do principal produto de exportação da economia brasileira.

Por causa da Grande Depressão, milhões de pessoas nas cidades perderam seus empregos nos países mais atingidos pela crise. Sem fonte de renda, essas pessoas não tinham como sustentar a si próprios e suas famílias. Para piorar, muitas famílias viviam de aluguel ou pagavam prestações de financiamentos imobiliários. Sem renda, milhares de famílias foram despejadas de suas residências por não terem como pagar os aluguéis ou hipotecas. Além disso, o desemprego fez com que milhares de pessoas morressem por causa da subnutrição (SENN, 2010).

No pior momento da Grande Depressão, entre 1932/1933, 27% da população americana não tinha emprego. Números assim eram comuns em vários países e até maiores; por exemplo, na Alemanha, 44% de sua população não tinha emprego. O comércio mundial caiu 60% de 1929 a 1932. Diante desses números, a Grande Depressão praticamente obrigou os governos a dar prioridade a questões sociais em suas políticas (HOBSBAWN.1995).

Em novembro de 1932, desemprego, fome e suicídios eram palavras comumente propagadas devido ao caos instalado pela Depressão econômica que atingiu a fase de prosperidade em que o país se encontrava. Dois dos grandes problemas da Depressão, senão seus principais impactos, foram o desemprego em massa e a ausência de uma estrutura de proteção social. Os efeitos da Grande Depressão tiveram reflexos imediatos e dramáticos na economia, na política e no pensamento econômico (HOBSBAWM, 1995).

Ao longo desses 92 anos diversos estudos foram feitos sobre a Grande Depressão, interpretando-a de maneiras diversas. Dada a diversidade de teorias existentes no campo da economia, seria uma ilusão imaginar que se chegaria a um consenso do que causou a Grande Depressão. Na verdade, há muitas divergências a respeito.



De maneira geral, podemos distinguir duas grandes interpretações da época: a liberal e a intervencionista. Basicamente, uma diz que o mercado é capaz de se recuperar automaticamente da crise e a outra afirma a necessidade de intervenção estatal para sair dela. Em outras palavras, de um lado estão os economistas liberais, adeptos da ideia do eficiente reequilíbrio do mercado, gerando desenvolvimento econômico naturalmente e, de outro, os intervencionistas, que acreditam que o Estado deve intervir na economia para que ela se recupere mais rapidamente das crises.

Gazier (2009) cita o livro do economista inglês Lionel Robbins<sup>1</sup>, *The Great Depression, 1929-1934*, que ilustra a opção liberal, sendo atribuída a gravidade da crise à rigidez dos preços decorrente da instabilidade política do pós-guerra e de políticas equivocadas que tentavam evitar falências inevitáveis. O autor condena qualquer restrição à livre força do mercado, como o controle dos salários, e considera que toda a ação que busca mudar o curso da crise só poderia agravá-la.

Arthur B. Adams<sup>2</sup>, especialista em ciclos econômicos e professor da Universidade de Columbia, defendia que o motivo dessa intensa crise era o resultado de uma produção em massa que aumentou rapidamente com a inclusão de máquinas nos processos produtivos e que, mesmo com a diminuição dos custos, não refletiu nos preços para manter uma lucratividade maior aos empresários. Além disso, a capacidade de compra dos trabalhadores decresceu, pois sua renda não acompanhou o aumento dos preços. Esta tese foi largamente defendida na época retratando uma concentração de renda nas mãos de poucos e poder de cartéis e monopólios, por exemplo (DELORME PRADO, s/d).

Segundo Delorme Prado (s/d), a tese de Adams foi tão popularizada que impactou nas disputas eleitorais dos EUA, porque o governo do republicano Herbert Hoover era visto como defensor das grandes empresas, enquanto Roosevelt e os democratas defendiam que as grandes empresas agiam contra a concorrência e

---

<sup>1</sup> Lionel Charles Robbins (1898 - 1984) foi um economista britânico que fez duras críticas à forma como a economia vinha sendo estudada, desenvolvendo argumentos que defendiam o importante papel do conceito de escassez.

<sup>2</sup> Arthur B. Adams se especializou em ciclos econômicos e foi reitor na Universidade de Oklahoma. Para este economista, a produção em ritmo superior ao poder de compra era a causa da crise.

concentravam a renda e eram os principais culpados pela crise. Outro professor da Universidade de Columbia, Carter Goodrich, defendia o aumento dos gastos públicos em obras públicas para fomentar o emprego. Essas ideias seriam posteriormente implementadas no New Deal.

Jacob Viner<sup>3</sup>, professor de Chicago, argumenta que a Depressão foi causada pela queda mais rápida dos preços dos produtos vendidos do que do custo de produção. Justificava que, diante desse fato, os empresários não tinham capacidade de aumentar as vendas e se reequilibrar.

## 2.1. Leituras intervencionistas

Crescimento, emprego e estabilidade viraram pautas da política pública após a Grande Depressão, quando a administração pública da economia emergiu nos governos de países desenvolvidos. Virou responsabilidade do governo garantir a todos um bem-estar econômico e, assim, criou-se uma necessidade política de intervencionismo estatal na economia (SILVA,2020).

Se vimos interpretações liberais no final da seção anterior, para tratar de intervencionismo, precisamos falar de John Maynard Keynes, economista britânico cujo trabalho foi a base para a escola de pensamento identificada como keynesianismo, que, a partir de 1936, segue de forma autônoma (BEAUD; DOSTALER, 2000).

Segundo Hobsbawm (1995), o argumento keynesiano era tão político quanto econômico, já que defendia os benefícios da eliminação do desemprego em massa, defendendo que a renda gerada pelos trabalhadores teria um efeito estimulante na economia.

O pleno emprego, ou seja, a eliminação do desemprego em massa foi a pedra fundamental do argumento keynesiano. A intenção era que a demanda gerada pela renda dos trabalhadores impulsionasse a economia (DELORME PRADO, s/d).

---

<sup>3</sup> Jacob Viner (1892 - 1970), economista canadense conhecido por sua modelagem econômica da empresa. Ele se opôs a Keynes argumentando que sua teoria seria falha e não se sustentaria a longo prazo.

Estudando o intervencionismo mais a fundo, é encontrada uma reprovação de qualquer análise dele como um sistema econômico, visto as questões ideológicas que o abrangem, por isso cada caso deve ter sua devida análise. (BARBIERI, 2013)

Nos Estados Unidos, o liberalismo reformista é visto até mesmo como um padrão do governo Roosevelt. Instigante que o termo liberalismo tem um conceito particular nos Estados Unidos, diferente dos outros lugares onde o liberalismo está intimamente ligado à direita na esfera política. Esse conceito particular que citamos está na ideia de solidariedade entre as pessoas de modo que houvesse um grau de proteção, um nível básico de subsistência e dignidade (HOBBSAWM, 1995).

Segundo Hobsbawm (1995), o liberalismo econômico foi destruído por meio século devido a Grande Depressão, tendo em vista ter obrigado os governos ocidentais a dar prioridade a questões sociais ao invés de questões econômicas em suas políticas. O New Deal talvez seja o mais emblemático exemplo de política pública elaborada como resposta a uma crise econômica.

### **3. New Deal**

Com a Grande Depressão, nos Estados Unidos, o que mais se esperava do novo governo era a ação em prol dos mais afetados por esta crise, ação para devolver a confiança a uma nação que estava sem direção nos últimos meses do governo de administração republicana de Hoover. E foi isso que Roosevelt trouxe: “Ação e ação agora” foi o lema de seu governo nos primeiros cem dias. É certo que o New Deal foi sendo construído a partir das ações tomadas e das necessidades, não havia, a princípio, nenhum plano traçado baseado em doutrinas ou teorias. De fato, apesar de seu caráter intervencionista, é preciso lembrar que essa política é anterior à publicação da Teoria Geral, de Keynes, em 1936. De acordo com Mazzuchelli (2009), ele foi sendo construído até mesmo de forma intuitiva com o objetivo de agir para buscar resolver ou minimizar a situação de crise.

De acordo com Mazzuchelli (2009) e Delorme Prado (s/d), é importante destacar que as medidas econômicas que foram motivadas não se basearam em

teorias de economistas acadêmicos, e sim na busca de alternativas e na firme percepção da necessidade de reformas.

O caráter reformista foi acentuado entre 1935 e 1936 quando, por pressão de políticos de esquerda, foi aprovado um programa de renda mínima para idosos com idade superior a 60 anos; de agências de apoio para deficientes físicos e jovens; e de reforço às atividades de sindicatos. Todos esses projetos públicos provocaram um déficit orçamentário, visto que em 1936 a arrecadação correspondia a apenas 59% das despesas (ZUFFO, 2004).

Foi com base no New Deal que Keynes publicou a obra Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, onde relata a necessidade da intervenção do Estado para promover o pleno emprego e não com a forma liberal com mercados competitivos. E após a II Guerra Mundial esta ideia de Estado de bem-estar social ganha força contra o capitalismo sem intervenção do Estado, orientado pela livre movimentação do mercado. (FONSECA, 2017)

Entre 1933 e 1937, podemos observar uma recuperação em consequência de ações como o crescimento real dos salários, a expansão dos gastos públicos e a redução de taxas de juros. Além disso, segundo Mazzuchelli (2009), foram adotadas medidas relativas à desvalorização do dólar, à regulamentação do sistema financeiro, ao apoio a agricultura, ao sistema de proteção social e combate ao desemprego. No entanto, o New Deal trouxe uma recuperação econômica lenta. O PIB real alcançou os níveis de 1929 somente em 1939, dez anos depois e já no início da II Guerra. As sequelas do desemprego da Grande Depressão foram superadas ainda mais tarde, entre 1941 e 1944, quando o PIB cresceu 52% e aí sim o desemprego se reduziu a números insignificantes (MAZZUCHELLI, 2009).

Com estas ações e seus resultados, o New Deal trouxe a consciência de que a intervenção do Estado era a única forma de resolver os problemas causados pelas forças de mercado. Sem essa intervenção, a população dos EUA provavelmente continuaria mergulhada na depressão e no desemprego por mais tempo.

A Grande Depressão marcou o século XX como um evento histórico cujos efeitos estenderam-se até os dias de hoje, como a Macroeconomia, que surgiu nesse período. Assuntos como Renda Nacional e PIB se tornaram populares e não

temas exclusivos abordados por economistas. Em todas as décadas, estudos e debates sempre tiveram a Grande Depressão como assunto a ser tratado e estudado.

Segundo Delorme Prado (s/d), mesmo com a experiência dessa crise que marcou o mundo, e tantos estudos posteriores e teorias que surgiram a partir desse evento, nada se compara a enfrentar uma nova crise, onde se tornam necessários novos estudos e novas análises. Porém, sem dúvida, todas as lições aprendidas na crise de 1929 são fundamentais para se pensar políticas para enfrentamento de novas crises, inclusive quanto a soluções para proteger a parcela mais fragilizada da sociedade.

#### **4. Conclusão**

Diante de todo o exposto, pode-se concluir que as economias poderão passar por crises e transformações profundas como aquelas observadas com a Grande Depressão. Entretanto, é possível que as lições deixadas por elas sejam muito importantes para advertir os governantes quanto às suas graves consequências, não só para a economia, mas para toda a sociedade, especialmente, os desamparados e desempregados. Não considerar essas lições aumenta o risco de se repetir erros do passado, fazendo com que a população sofra muitas vezes desnecessariamente.

Por outro lado, o papel do Estado é cada vez mais questionado, até mesmo por ilustres economistas. Os que não consideram tais lições disseminam a ideia de que o Estado não deve atuar em crises econômicas, sob o risco de atrapalhar o funcionamento do mercado. Outros mais atentos à experiência histórica afirmam que a atuação do Estado é fundamental para solucionar os problemas gerados pelas crises econômicas.

É notório que as crises econômicas são diferentes umas das outras, mas é possível que diferentes experiências ensinem como solucionar problemas decorrentes delas. A grande Depressão e o New Deal são exemplos de como enfrenta-las.

Por fim, diante da crise econômica atual resultante da pandemia do coronavírus, a experiência indica que o Estado deve agir para socorrer os mais vulneráveis. O auxílio emergencial é um exemplo de ação, mas diante da gravidade dos acontecimentos em consequência da pandemia, será preciso fazer mais, e rápido, para superar uma crise econômica que pode se tornar uma depressão.

## 5. Referências Bibliográficas

ARTHMAR, R. **Deflação: A Experiência do Bloco Aliado nos anos 20**. Tese de Doutorado. 2012, São Paulo: FEA/USP.

BARBIERI, Fábio: **A economia do intervencionismo**. São Paulo: [s.n.],2013.

BEAUD, Michel e DOSTALLER, Gilles. O triunfo do intervencionismo. In: **O pensamento econômico de Keynes aos nossos dias**. Lisboa: Afrontamento, 2000. Cap.3.

DELORME PRADO. **A economia política da grande depressão da década de 1930 nos EUA: visões da crise e política econômica, semelhanças e diferenças com a crise atual** [mimeo], s/d.

FONSECA, Paulo Roberto Campelo Fonseca e: **A nova educação profissional para o trabalho no Brasil do século XXI**. Bahia: [s.n.], 2017.

GAZIER, Bernard. **A crise de 1929**. São Paulo: LPM, 2009.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

MAZZUCHELLI, Frederico. **Os anos de chumbo**. Campinas: Editora Unesp, 2009.

SENNA, J. J. **Política monetária: Ideias, experiências e evolução**. Editora FGV. 1ª edição. 2010. 647 p.

SILVA, João Luís Gregório e. **Economia Fundamental**. Editora: Clube dos Autores, 2020.

ZUFFO, João Antonio: **A sociedade e a economia no novo milênio – os empregos e as empresas no turbulento alvorecer do século XXI**. Editora Manole, 2004.